

entrevista docentes do superior em risco

[PAULO PEIXOTO PRESIDENTE DO SINDICATO NACIONAL DO ENSINO SUPERIOR]

“Mariano Gago está a vender o medicamento, mas primeiro vendeu a doença”

Numa fase em que as instituições admitem não renovar os contratos com docentes em situação laboral mais frágil, para contornar as dificuldades financeiras, o presidente do Sindicato Nacional do Ensino Superior, Paulo Peixoto, culpabiliza as medidas governamentais

Germano Oliveira germanooliveira@mediafin.pt

Nas cinco universidades que estão com os contratos de saneamento financeiro - Évora, Algarve, Trás-os-Montes, Açores e Madeira -, quantos docentes é que estão em vias de ficar sem emprego?

Não sei. É difícil de dizer nesta altura.

Tendo em conta que o estabelecimento dos contratos de saneamento entre as escolas e o Ministério do Ensino Superior conduz à redução de custos com pessoal, entende que o Governo está a pressionar as escolas para despedir?

Respondo a isso com uma declaração política mais forte. O ministro Mariano Gago está a vender a solução, o medicamento, mas primeiro vendeu a doença. É como aquelas empresas que têm um produto para vender, mas não têm público, e então criam a necessidade para depois as pessoas precisarem daquilo.

O que quer concretamente dizer com isso?

Neste momento, o ministro Mariano Gago, com estes contratos de saneamento, aparece como o salvador de instituições que, aos olhos da opinião pública, são vistas como incompetentes, porque não sabem ajustar os seus recursos financeiros às suas despesas e necessidades. Mas o que é que se passa? As instituições, ao longo dos últimos anos, foram capazes de criar saldos, que foram acumulando. Obviamente que os ministérios, e particularmente este Ministério, foi cortando nos orçamentos. E foi fazendo isso directa e indirectamente - por exemplo, ao aumentar as contribuições obrigatórias para a Caixa Geral de Aposentações. Foi cortando a um ponto de colocar em dificuldade de gestão financeira muitas instituições.

Essa é a doença de que falava?

Essa é a doença. Ou seja, o ministro Mariano Gago, através dos cortes orçamentais, criou instituições

”

O ministro Mariano Gago, através dos cortes orçamentais, criou instituições que hoje são doentes. É preciso perceber que esta doença apenas resulta dos cortes orçamentais brutais que se têm vindo a efectivar nos últimos anos. E agora acabamos por ter aqui uma solução, um medicamento, mas que é receitado pelo próprio autor da doença.

que hoje são doentes ou vistas como doentes, em estado patológico. Hoje há um sentimento de pressão muito grande quando se vai a essas instituições. As pessoas não têm confiança no futuro. É preciso perceber que esta doença apenas resulta destes cortes orçamentais brutais que se têm vindo a efectivar nos últimos anos. E agora acabamos por ter aqui uma solução, um medicamento, mas que é receitado pelo próprio autor da doença. Isto não deixa de ser preocupante. O actual ministro tem muitas responsabilidades nisto.

Mas está a dizer que se trata de uma medida política cínica?

Não. Não posso dizer isso assim.

É o que se pode depreender das suas palavras...

Não é isso. Recue-se então um pouco mais atrás. Fala-se sempre muito na autonomia das instituições - a autonomia administrativa, a autonomia financeira. E o que é que se passou ao longo dos anos? Essa autonomia financeira sempre foi o pior inimigo das instituições. Os sucessivos governos - não só este, mas também os anteriores - foram sempre olhando para a capacidade de as instituições gerarem receitas próprias como uma oportunidade para ir reduzindo o financiamento através do Orçamento do Estado. Esta é uma tendência que já se vem manifestando há vários anos em Portugal, que é ver o orçamento público reduzir na exacta medida em que as instituições são capazes de gerar receitas próprias. Isso criou uma doença nas instituições, embora eu também não esteja aqui a dizer que muitas vezes não tenha havido erros na gestão de fundos.

Não se contratou em demasia ao longo dos anos?

Não nego isso. Terá havido instituições que contrataram mais docentes do que aquilo que seria necessário. O que para nós é incompreensível é que, em alguns casos - por ve-

zes até em muitos -, haja instituições que estão a despedir, mas que continuam a contratar ao mesmo tempo. Portanto, seria benéfico que nenhuma instituição pudesse contratar quando está a despedir. Agora, as instituições, até há muito pouco tempo, sempre foram capazes de fazer uma gestão financeira equilibrada. Neste momento, só não são capazes de o fazer devido a esses cortes orçamentais. Há aqui uma doença, mas isso só acontece porque os diferentes governos foram adoptando este mecanismo [de cortes].

Mas só por isso?

Sim. É só devido à redução do financiamento. O que está em causa aqui, independentemente de pontualmente poder haver erros de gestão e de contratação excessiva, é que estes cortes orçamentais - directos e indirectos - vieram colocar em causa o equilíbrio financeiro das instituições de ensino superior. As doenças que elas hoje têm são um resultado claro disto.

Está a dizer que esta situação de dificuldade deve-se única e exclusivamente a medidas governamentais?

Do corte do financiamento, sim.

Mas, olhando para os dados de desemprego, as universidades não devem assumir as suas falhas, por terem vagas e formação excessivas em áreas sobrelotadas?

Muitas universidades não tiveram a preocupação, durante muitos anos, de se ligarem às necessidades do mercado de emprego. É uma falha evidente e muitas delas têm procurado desenvolver actividades que promovam essa ligação. Mas a questão aqui também tem outro enquadramento - o modelo de desenvolvimento nacional, que aposta em salários baixos e na pouca promoção das qualificações. É um problema mais geral, que é inultrapassável para as universidades. Por melhor que seja a qualificação das pessoas, o mercado não absorve.





Paulo Duarte

“A revisão dos estatutos de carreira tem que pôr fim à precarização”

Em Junho do ano passado, e após uma reunião com o Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNE-Sup) e com a Federação Nacional dos Professores, o Ministério do Ensino Superior deu nota de ir avançar em Setembro seguinte com a revisão dos três estatutos de carreira (universitária, politécnica e de investigação) do ensino superior. O objectivo acabou por não ser cumprido e a revisão só vai avançar este ano. Paulo Peixoto, presidente do SNE-Sup, quer que os novos estatutos premeiem quem atingir determinados objectivos.

O processo de revisão dos estatutos de carreira está demasiado atrasado?

Mais do que atrasado, há uma questão que nos preocupa muito



Nos institutos politécnicos, há muitos docentes que têm vínculos absolutamente precários, com contratos anuais, de seis ou três meses.

— o esvaziamento progressivo que tem vindo a ser feito do actual estatuto da carreira. Tudo aquilo que está no actual estatuto, ou quase tudo, tem vindo a ser esgotado e convertido em letra morta pela promulgação de legislação avulsa. Hoje há um atropelamento consistente, diário, sucessivo, dos direitos dos docentes.

Que direitos estão a ser atropelados?

De várias ordens. O tipo de direitos que estão a ser violados tem que ver com questões que, em alguns casos, ultrapassa as cargas horárias; noutros casos, a não concessão de licença sabática a docentes que têm direito a essa licença;

noutros casos, que são muito frequentes, são docentes que vêm multiplicado o número de disciplinas que têm de leccionar para lá daquilo que seria, do ponto de vista pedagógico, aconselhável; em termos de renovação de contratos nos politécnicos, os vínculos são feitos por períodos cada vez mais curtos, fora daquilo que dispõe o estatuto da carreira dos docentes do politécnico. Há uma série de violações que estão a ser esquecidas, ultrapassadas, postas de lado.

E é nesses aspectos que o actual estatuto da carreira desprotege os docentes e investigadores?

Estão desprotegidos nesses aspectos todos. Uma das questões por que nós achamos que é urgente revermos os estatutos da carreira tem que ver também com a solidiez dos vínculos e com aquilo que é actualmente a precarização crescente dos contratos, que, no caso do politécnico, é algo de muito gritante. Nos institutos politécnicos, há muitos docentes que têm vínculos absolutamente precários, com contratos anuais, de seis ou três meses em alguns casos, ao longo de anos. Achamos que a revisão dos estatutos da carreira tem que ser feita no sentido de pôr fim a essa precarização.

E o que é que quer ver concretamente definido nos novos estatutos?

O novo estatuto de carreira deve regular todos os aspectos das actividades docentes, de investigação e de apoio à comunidade. Depois, temos outra preocupação, que é a de ter um estatuto que dê estabilidade aos vínculos. Hoje, os vínculos são cada vez mais precários e o que nós achamos fundamentalmente é isto — que sejam fixados patamares de obrigação de cumprimento e definir o que o docente deve fazer. As pessoas que cumprirem esses objectivos que vierem a ser estipulados e fixados, devem ter o prémio de ver o seu vínculo não precarizado. **eo**

[PERFIL]

→ Paulo Peixoto

Presidente do Sindicato Nacional do Ensino Superior, 39 anos

Quando o Benfica e a Académica estão a competir pelos três pontos no mesmo relvado, Paulo Peixoto tende para o encarnado. Quando estão em relvados diferentes, fica a torcer pelos dois. Aos 39 anos, é professor auxiliar da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e é ainda investigador do Centro de Estudos Sociais. Casado e sem filhos, é licenciado, mestre e doutor em sociologia, tendo completado os graus na universidade onde hoje lecciona. Joga “futsal” semanalmente com os colegas da faculdade e, no passado, já correu os nacionais de atletismo.





ENTREVISTA

Presidente do SNESup responsabiliza Gago pelas dificuldades actuais